

A influência das associações no desenvolvimento local das comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos

MARINA APARECIDA LIMA

UFLA - Universidade Federal de Lavras

PATRÍCIA APARECIDA FERREIRA

Universidade Federal de Lavras

patty82@yahoo.com.br

JORDANA CARDOSO GAJO

UFLA - Universidade Federal de Lavras

jordanagajo@hotmail.com

JESSICA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES

UFLA - Universidade Federal de Lavras

jrodrigues@admpublica.ufla.br

Administração Pública – Organizações do terceiro setor – Terceiro setor e desenvolvimento social.

A influência das associações no desenvolvimento local das comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos

Resumo

A construção de usinas hidrelétricas tem sido pautada em um discurso de desenvolvimentista e provoca irreversíveis impactos na vida dos atingidos. Entende-se nesse trabalho que o modelo de desenvolvimento que acompanha a construção desses empreendimentos deve ser repensado e de modo que o desenvolvimento local deve ser o norteador desse processo e o terceiro setor o propulsor desse desenvolvimento. Esse trabalho teve como objetivo identificar os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento local que estão relacionados com ações das associações das comunidades atingidas. Para atender ao objetivo, realizou-se pesquisa de campo, através de entrevistas com atores envolvidos na implantação do empreendimento. Os resultados da pesquisa demonstram que existem diversos fatores favoráveis e limitantes às ações do terceiro setor para promover o desenvolvimento local das comunidades, e que as associações que tiveram sua formação de cima para baixo revelaram-se ineficientes para a promoção desse desenvolvimento. Contudo, reconhece-se que as associações são fundamentais para intermediar os interesses dos atingidos com o consórcio empreendedor da barragem, desde que elas não sejam cooptadas por eles e sirvam tão somente para facilitar a construção do empreendimento e evitar os possíveis conflitos que a construção de uma barragem enquanto processo de mudança social desencadeia.

Abstract

The construction of hydroelectric power plants has been based on a developmental speech and causes irreversible impacts on the lives of those affected. It is understood that work that the development model that accompanies the construction of these projects should be rethought and so that local development should be the guiding this process and the third sector the propellant of this development. This study aimed to identify the favorable factors and / or limiting local development that are related to actions of associations of affected communities. To meet the goal, we carried out field research through interviews with actors involved in the implementation of the project. The survey results show that there are many favorable and limiting factors to the actions of third sector to promote local development of communities, and associations who have had their training from top to bottom have proved ineffective to promote this development. However, it is recognized that the associations are critical to mediate the interests of those affected by the dam entrepreneur consortium, provided they are not co-opted by them and serve solely to facilitate the construction of the project and avoid possible conflicts that building a dam as a social change process triggers.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; terceiro setor; atingidos por barragens.

1 Introdução

O Brasil elegeu a energia hidroelétrica como principal fonte energética. Isso ocorre devido a uma série de vantagens, tais como a disponibilidade de potenciais hidráulicos no país, a facilidade de aproveitamento, fato de que os recursos hidráulicos continuam disponíveis na natureza com o passar do tempo, além de representar uma fonte de energia sustentável (BRASIL, 2015).

O Estado defende que a produção de energia hidroelétrica é um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, pois as hidrelétricas funcionam como uma espécie de polo de crescimento econômico para a região que irá abrigá-la, vez que atrairá indústrias, empregos, produzindo uma rede de geração de renda capaz de atingir vários setores da cadeia produtiva e econômica de determinada região (NASCIMENTO et al., 2010).

No entanto, é preciso levar em consideração que a construção de hidrelétricas também desencadeia um processo de mudança social, que pode atingir de forma econômica, política, social, cultural e ambiental diferentes grupos de atores sociais, tais como: os indígenas, os quilombolas, as comunidades ribeirinhas, os agricultores, entre outros que se localizam nas proximidades dos rios.

Nesse sentido, o contexto brasileiro tem mostrado projetos hidrelétricos que se distanciam da sustentabilidade enfatizando tão somente a abordagem de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento local. Além disso, em prol desse progresso desconsideram-se os severos custos econômicos, sociais, culturais, simbólicos e ambientais para aqueles que serão afetados com inundações de suas moradias, da sua propriedade, do seu local de produção e do território por onde suas redes sociais são tecidas (DANIEL, 2009).

Tendo em vista os diferentes impactos que os atingidos sofrem quando um empreendimento hidrelétrico é construído, muitas comunidades se organizam e se unem em forma de associações para articular e defender seus interesses, resistir à implantação do empreendimento, representar-se perante o consórcio empreendedor da barragem, promover ações que visem estruturar os novos locais que abrigarão os atingidos, entre outras ações voltadas para o desenvolvimento local (FOSCHIERA, THOMAZ JUNIOR, 2012; DERROSO, ICKIKAWA, 2013).

Reconhecendo as associações como promotoras do desenvolvimento local e sua importância no processo de implantação da barragem e de relocação das comunidades atingidas, insere-se a problemática desta pesquisa, delimitada pela seguinte questão: como as associações das comunidades atingidas por uma usina hidrelétrica no sul de Minas Gerais tem contribuído para o desenvolvimento local?

Nesta perspectiva, esta investigação tem como objetivo identificar os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento local que estão relacionados com ações das associações das comunidades atingidas.

As comunidades atingidas por barragens têm sido objeto de investigação de várias áreas do conhecimento. O foco deste trabalho consiste em compreender como diferentes atores vinculados a uma usina hidrelétrica e os atingidos por esse empreendimento interpretam o papel das associações.

Assim, além dessa introdução, esse trabalho está estruturado em mais quatro etapas compostas pelo referencial teórico; fundamentos metodológicos; apresentação dos resultados e as considerações finais.

2. Desenvolvimento local:

O termo desenvolvimento está em constante evolução e os estudiosos da área não são unânimes ao conceituá-lo. Esse termo permeia todas as áreas de conhecimento, havendo, portanto, diferentes abordagens como o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (FREY, 2008; HEIDEMANN; SALM, 2009), o pós-desenvolvimentismo com enfoques mais plurais e heterogêneos como o desenvolvimento e meio ambiente (FERREIRA, 2011; FREITAS; NELSON; NUNES, 2012); o desenvolvimento como liberdade levantado por Amartya Sen (2000) e o desenvolvimento e a dimensão local (FERREIRA, 2011). Para atender o objetivo desse trabalho, essa seção irá explorar a abordagem de desenvolvimento local.

A abordagem alternativa de desenvolvimento voltado para o local é multidisciplinar voltado para bem estar coletivo, que abarca adjetivos como local/territorial, social, ecológico, cultural, político e econômico (FERREIRA, 2011).

O desenvolvimento local não é um processo linear como a abordagem de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, na qual o mercado é o responsável pelo desenvolvimento, trata-se de um processo em construção constante que envolve a sociedade civil, o terceiro setor, o mercado e o poder público em busca da expansão da liberdade, da valorização do saber local, da melhora da qualidade de vida das pessoas e de um desenvolvimento econômico não excludente, mas voltado para atender as necessidades das pessoas de um dado território (PERONI, 2009).

Essa abordagem de desenvolvimento apoia-se na descentralização e na participação de atores locais que utilizam o saber local para suprir as necessidades e aspirações de um dado território (FERREIRA, 2011).

O processo de descentralização está intimamente ligado com a participação, vez que o desenvolvimento local promove a interação dialógica e coordenada entre diferentes atores que compõem a sociedade, o mercado e o Estado (TENÓRIO, 2007; DOWBOR, 2009). A abordagem de desenvolvimento local só ganhou força no Brasil com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que criou mecanismos de planejamento, participação e descentralização dos municípios (VASCONCELLOS, VASCONCELLOS, 2009). Assim, ao deslocar parte das iniciativas de desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, tornando, assim, as decisões legitimadas e resultados dos anseios e necessidades de determinado território.

Resta esclarecer que o termo desenvolvimento local possui diferentes significados, expectativas, esperanças e descréditos. De um lado, essa perspectiva introduz as vozes silenciadas no processo de desenvolvimento de tal forma que essa proposta visa à autotransformação econômica e social de um dado território, por outro lado, essa perspectiva de desenvolvimento enfrenta grandes entraves, vez que os mecanismos de participação – cerne do desenvolvimento local –, na maioria das vezes, são reduzidos e tratados como sinônimos de voto, de tal modo que os saberes locais, aspirações, identidades e motivações da sociedade civil não conseguem se fazer valer no cenário de desenvolvimento (PERONI, 2009; FERREIRA, 2011).

Segundo Tenório (2007), o desenvolvimento local é uma abordagem metodológica que parte “de baixo para cima” devolvendo à sociedade civil a autonomia de gerenciar o que é público – cidadania – com base em valores como participação, cooperação, reciprocidade e solidariedade com o fim de atingir o “bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local” (TENÓRIO, 2007, p. 101).

Segundo Gehlen (2004), o desenvolvimento local revela as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais de um dado território buscando mudanças qualitativas por meio da participação dos atores sociais articulados com o Estado e com o mercado. Para Fernandes e Sampaio (2006), o desenvolvimento endógeno ou local corresponde à capacidade

de determinado território de promover o seu próprio desenvolvimento tendo como protagonistas os indivíduos e as associações, alcançando, conseqüentemente, a autonomia da comunidade, preservando sua identidade local que se concilia com estruturas políticas, institucionais e culturais mais amplas. Nessa perspectiva, os modelos de desenvolvimento são pensados, adaptados e promovidos de acordo com cada localidade, sendo os problemas identificados e apontados pela própria comunidade que deve discutir conjuntamente uma solução.

Nesse sentido, corrobora-se com a visão de que “desenvolvimento é um direito participativo, pelo qual as pessoas podem controlar a direção do processo de desenvolvimento, mais do que simplesmente ser consultadas sobre projetos e políticas que já foram decididas” (FRANCO; FEITOSA; 2013, p. 99).

Kliksberg (1998; 2000) defende que para alcançar um estado social bem desenvolvido é necessário que o estado busque novos atores para compartilhar responsabilidades, ou seja, busque novas redes de atuação para resolução dos problemas públicos. Rosa et al (2015, p. 95) reconhecem que “O trabalho em rede é um dos pressupostos para o Desenvolvimento Local”. Assim, filia-se ao entendimento de que é a sociedade civil organizada a grande promotora e transformadora do desenvolvimento local (ROSA, et al, 2015; KLIKSBURG, 2000).

Tendo em vista que o terceiro setor é um dos principais atores promotores do desenvolvimento local, em muitos casos o que propulsiona o terceiro setor é o próprio mercado, vez que as grandes empresas ao incorporar o conceito de responsabilidade social investem e financiam projetos sociais, retirando o papel do Estado de grande financiador (AMARAL, 2003). Isso não diminui o papel do Estado de resolver problemas públicos, o que ocorre é o compartilhamento dessa responsabilidade com o terceiro setor, assim esse chega aonde o Estado é omissivo e promove, de fato, o desenvolvimento local através da interação dialógica entre sociedade civil, mercado e Estado.

Desse modo, orienta-se esse trabalho pela via alternativa que pressupõe o desenvolvimento como um processo de construção coletiva e de participação social. Nesse sentido, o desenvolvimento local representa um processo de superação dos problemas e necessidades através do aproveitamento dos saberes locais tendo como agente motivador o terceiro setor que visa obter progresso e o bem comum de um dado território (FERNANDEZ, BELLOSO, DELGADO, 2009).

3. O outro lado do empreendimento hidrelétrico

Para compreender o papel das associações frente ao desenvolvimento local das comunidades alagadas, é necessário entender quem elas representam, ou seja, os atingidos por barragens, suas principais dimensões de atuação, ou seja, os impactos que essa população sofre com a construção do empreendimento e situar concretamente suas ações no processo de implantação de barragens.

Dentre os movimentos sociais que representam os atingidos por barragens, destaque deve ser dado ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), esse movimento corrobora com o conceito de atingido elaborado pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (CEAB/2010), que considera a instalação de uma barragem como um “processo complexo de mudança social”, incluindo como área atingida não apenas a afetada diretamente pelo empreendimento como também as áreas que sofrerão intervenções decorrentes da barragem e aquelas que receberão os reterritorializados, considerando como atingidos aqueles que de alguma forma sofreram os impactos do empreendimento (BRASIL, 2010).

Os impactos estão presentes em todas as fases da construção das usinas, e se propagam mesmo após o término da construção e com início da operação da barragem. Silva (2007)

destaca que existem impactos tanto no meio ambiente quanto na vida das pessoas, classificando-os em concretos e materiais ou imateriais, os primeiros se referem ao alagamento das áreas verdes e urbanas, como a perda de florestas, casas, escolas, já os impactos imateriais se referem à perda simbólica das pessoas como “a perda do vínculo espacial, dos laços familiares e da comunidade, a referência da vizinhança, dentre outros” (SILVA, 2007, p. 13). De forma mais detalhada, os impactos podem ser classificados em quatro categorias: i) ambientais: associados à hidrografia, clima, erosão e assoreamento, sismologia, flora e fauna; ii) sociais: os atingidos são compulsoriamente retirados de suas terras, rompendo com os costumes, as suas práticas sociais e identidades, além de desestruturar os seus meios e modos de vida; iii) simbólicos: representam impactos imateriais, como a eliminação de recursos culturais e abalo psicológico; iv) econômicos: algumas populações deslocadas podem ficar sem terra e emprego, podendo, desencadear até um processo de endividamento (WEISS, 2010; SILVA, 2007; BORTONE; LUDWIG, 2010).

Diante do exposto observa-se uma diversidade de impactos, e do mesmo modo, segundo Vainer (2008, p. 57) pode-se observar uma diversidade de definições do conceito de atingidos. Trata-se de uma categoria social em disputa, que varia no tempo e no espaço, “conforme os contextos políticos e culturais e, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos que opõem diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação dos empreendimentos hidrelétricos”. Neste sentido, o autor destaca três concepções que orientam o conceito de atingidos: territorial-patrimonialista, hídrica e mudança social.

Para esse autor, historicamente, predomina a concepção territorial-patrimonialista e a hídrica para definir atingido. Pela a concepção territorial-patrimonialista, o atingido é o proprietário da terra alagada; já pela a concepção hídrica, o atingido é o inundado pela barragem, abrangendo além do proprietário, o posseiro, o meeiro, entre outros. No entanto, ambas as concepções reconhecem o atingido como o destinatário de indenização, prevalecendo nessas concepções o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor (VAINER, 2008).

A terceira concepção inclui o empreendimento hidrelétrico como deflagrador de mudança social, interferindo sob várias dimensões e escalas – espaciais e temporais – sob um dado território. Além de alterações patrimoniais e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), esse processo de mudança desencadeia novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, bem como, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2008). Trata-se, portanto, de uma abordagem que permite superar as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor (territorial-patrimonialista e hídrica), e não os direitos das populações afetadas, uma vez que compreende a natureza econômica, política, cultural e ambiental do processo social deflagrado pelo empreendimento.

Diante do exposto é possível verificar que o conceito de atingidos é heterogêneo e contraditório dependendo do interesse representado. Corrobora-se com a visão mais abrangente de atingidos defendido pela CEAB (2010) e Vainer (2008) que se centram numa pluralidade de ideias, a concepção de que atingido é aquele que ocupa a terra inundada, abrangendo todos aqueles que de alguma forma sofrem os impactos em decorrência da implantação da barragem, ou seja, corrobora-se com a visão de que atingido é todo aquele que de alguma forma teve seu meio ou modo de vida alterado ou transformado em decorrência da construção de uma barragem.

Além das divergências que regem sobre o conceito de atingidos, quando uma barragem é construída, essa população vem seus interesses ficarem em segundo plano e se veem submetidas ao “imperativo de recomeçar suas vidas” (BRASIL, 2010, p. 24). As ações voltadas para mitigar os impactos causados nas suas vidas são iniciativas pontuais dos grupos

que constroem e/ou tem o controle econômico da barragem, vez que esses têm a obrigação de elaborar os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e os Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente (RIMAS) que, por sua vez, instigam a adoção de medidas para minorar os impactos negativos do empreendimento.

Em relação às iniciativas do governo, observa-se que estas estão restritamente em consonância com a agenda do setor energético¹, reconhecendo os atingidos ainda numa perspectiva meramente indenizatória, e os documentos legais, que regulamentam a construção de hidrelétricas, são mais orientados para as dimensões ambiental e econômica do que para as outras dimensões que contemplem a abordagem endógena e sustentável de desenvolvimento, tais como os aspectos sociais, políticos e culturais.

A política energética e as leis que regulamentam o processo de implantação de uma barragem vão de encontro ao interesse de exploração da hidrelétrica, ao passo que a atuação de movimentos sociais e associações dos atingidos no processo de implantação da hidrelétrica modifica o cenário de impactos, de opressão e exclusão dos atingidos.

No estudo de Sousa *et al* (2008) sobre a Usina Hidrelétrica do Tucuruí (UHT) construída e controlada pela Eletronorte, constata-se que não há um consenso entre a Eletronorte e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) acerca do número de pessoas atingidas, segundo aquela 3700 famílias foram reassentadas, entretanto, há um consenso entre acadêmicos, pesquisadores e o MAB de que o número de atingidos é bem superior ao alegado. Além do mais, esse estudo aponta tão somente como medida para minimizar os danos causados por essa barragem o repasse financeiro por parte da Eletronorte pela produção de energia elétrica aos municípios que foram atingidos pela barragem, entretanto, a compensação financeira é uma medida prescrita na lei, e não de iniciativa da Eletronorte.

Verificou-se também a atuação do MAB como mobilizador de ações em defesa dos interesses dos atingidos como demonstra o estudo de Foschiera e Thomaz Junior (2012). O estudo desses autores na Usina Hidrelétrica Barra Grande, localizada na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apontou como ocorreram as negociações para a implantação dessa barragem. Essas negociações foram marcadas por conflitos violentos de interesses entre consórcio responsável pela barragem – BAESA, o MAB e as populações atingidas. Esses dois últimos organizaram diversas paralizações e ocupações nessa barragem, e em decorrência dessa pressão, a BAESA respondeu com indenizações mais justas, nota-se que tamanha atuação do MAB fez com que essa barragem apenas iniciasse suas atividades em 2005 – nove anos depois do Estudo de Impacto Ambiental. Hoje a BAESA repassa a compensação financeira mensal, e também desenvolve políticas compensatórias através de projetos de assistência social, como oficinas de artesanato, e do levantamento do patrimônio histórico e cultural da região, com a produção de livros e vídeos documentários, entretanto, ressalta-se que trata-se de ações pontuais, e não de projetos permanentes, sendo que, como expresso acima, a BAESA está apenas cumprindo a lei ao compensar financeiramente os municípios atingidos pela a barragem (ROSSATO, 2008).

Outra iniciativa para minimizar os danos provocados pela construção de uma hidrelétrica foi desenvolvida pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi) que atuou no assentamento dos sujeitos deslocados pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias promovida pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). Segundo Derrosso e Ichikawa (2013), a Crabi lutou ao lado dos atingidos nas negociações junto à Copel, e conseguiu que as negociações fossem positivas para os ribeirinhos deslocados, tanto em termos políticos quanto econômicos. Para esses autores, a Crabi possibilitou pela a primeira vez “um ganho (ou talvez, menos prejuízos) dos ribeirinhos,

¹ Observa-se que o Plano Nacional de Energia 2030 assim como o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 só preveem investimentos na expansão do setor enérgico, omitindo os impactos negativos causados na população atingida por esses empreendimentos.

no que concerne a casos de perda de terras e reassentamentos por causa da construção de usinas hidrelétricas” (DERROSSO, ICHIKAWA, 2013, p. 152). Os autores deixaram claro que a atuação da Crabi se restringiu no momento das negociações das desapropriações. Iniciativas em prol do desenvolvimento das comunidades atingidas são atualmente desenvolvidas pela a COPEL. De acordo com as informações da COPEL desde 2005 mais de R\$1,3 milhão já foram investidos em programas socioambientais, tais como “repopoamento de peixes, restauração ambiental e monitoramento da qualidade da água, além da promoção de eventos relacionados à sensibilização socioambiental e ações em parceria com a comunidade” (COPEL, 2013).

Contrariando e em alguns casos complementando a atuação do Estado e dos consórcios empreendedores, observa-se que, nas comunidades atingidas e/ou que serão atingidas, as associações influem positivamente no processo de implantação da barragem.

Como forma de atenuar a hegemonia do poder e do desenvolvimento econômico que permanece com o Estado e o setor privado, as associações e os movimentos sociais tem ganhado cada vez mais espaço nas comunidades atingidas. Contudo, resta saber se essas associações e/ou movimentos sociais tem logrado êxito na promoção do desenvolvimento local.

4. Metodologia

Trata-se de estudo qualitativo e teve como objetivo identificar os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento local que estão relacionados com as ações das associações das comunidades atingidas.

Para atender ao objetivo proposto, a metodologia contemplou entrevistas não estruturadas com os atingidos das três comunidades afetadas por um empreendimento hidrelétrico no sul de Minas Gerais e os representantes do consórcio empreendedor. Foram realizadas no total 49 entrevistas, sendo 32 entrevistas com os atingidos pelo empreendimento hidrelétrico, 13 entrevistas com os membros de entidades dessas comunidades e 4 com os representantes do consórcio empreendedor da barragem. Para delimitar o número de entrevistados utilizou-se o critério da saturação e para selecionar os entrevistados utilizou-se o critério conveniência e/ou acessibilidade e o método bolo de neve (ALENCAR, 1999).

Os roteiros dessas entrevistas se basearam nos roteiros utilizados na pesquisa de Alencar et al. (2005), adaptando-se às especificidades desse estudo. Esse roteiro buscou identificar a percepção dos atores sociais sobre os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento das comunidades após a construção da barragem. As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de cinquenta minutos e foram transcritas. A técnica de análise utilizada no tratamento dos dados das entrevistas foi a análise de conteúdo. Essa técnica possibilita a interpretação dos dados, inclusive de maneira crítica (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Silva, Gobbi e Simão (2005) apontam que essa ferramenta é delineada como um grupo de metodologias de análise de comunicações que emprega métodos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, possibilitando inferir os conhecimentos concernentes às condições de produção/recepção das mensagens.

Para fundamentar a argumentação e auxiliar na compreensão das análises, são apresentados trechos literais das entrevistas no decorrer da seção de resultados. Para garantir o anonimato dos entrevistados, não serão utilizados seus nomes, sendo estes identificados apenas por ordem numérica.

De acordo com Bardin (2010), para realizar a análise de conteúdo, deve-se seguir três fases: i) análise prévia do material, organização e sistematização das entrevistas; ii) a análise exploratória, em que se realizam as codificações e classificações dos materiais; e por fim, 3) o tratamento dos resultados e interpretação, através de inferências e análise crítica e reflexiva.

Utilizou-se a técnica da análise de conteúdo designada por Bardin (2010) como análise temática ou categórica. Portanto, foi realizada a categorização dos dados, agrupando-os segundo critérios de semelhança, definidos de acordo com a fundamentação teórica e com atributos relevantes identificados durante o processo de pesquisa, criando as categorias temáticas abordadas no estudo.

Na primeira etapa, de análise prévia do material, foram definidos dois grandes grupos para realizar a sistematização dos dados: 1) fatores favoráveis e 2) fatores limitantes ao desenvolvimento local. Na etapa de análise exploratória, identificou quais desses fatores estavam relacionados com as associações. Na etapa final, os dados foram interpretados e analisados a partir de uma perspectiva crítica, utilizando como base as categorias definidas anteriormente e o suporte teórico de desenvolvimento local, com o intuito de atender ao objetivo geral proposto e responder o problema dessa pesquisa.

5. Resultados e discussões

Dentre os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento local das comunidades estudadas, observou-se que alguns decorrem da formação de associações, bem como nas suas formas de funcionamento, a articulação entre as associações, o associativismo, os interesses envolvidos dentro das associações, a mobilização dos atingidos e o apoio do poder público.

No caso estudado, três comunidades rurais foram atingidas pelo empreendido hidrelétrico implantado no sul de Minas Gerais, uma dessas comunidades deixou a zona rural próxima ao antigo local da comunidade e mudou-se para outro município, tornando-se um bairro urbano. As outras duas continuaram próximas aos locais das antigas comunidades, sendo uma comunidade rural e outra urbana.

Antes do processo de construção da barragem, havia apenas uma associação comunitária em uma das comunidades rurais. Durante o processo de implantação da barragem surgiram três associações dos atingidos, uma em cada comunidade, com propósito específico de negociar as terras alagadas e intervir na relocação. Após a implantação da barragem, apenas duas comunidades, uma que continuou na zona rural e a outra que já tinha associação antes mesmo do barramento, mantiveram as associações comunitárias e surgiram associações com finalidades econômicas como a associações de doces, de artesanato, de pesca e de agricultura, sendo que estas três últimas associações concentram-se em comunidade rural e a primeira está na comunidade que foi para a cidade. Ou seja, após o processo de implantação da barragem, a comunidade alagada que saiu da zona rural e foi para o espaço urbano de outro município possui duas associações, e a comunidade rural conta com quatro associações. E a comunidade urbana que se manteve próxima ao ambiente alagado não se observou movimento associativista.

A formação de associações, de acordo com os entrevistados, está atrelada à implantação da barragem, isso se justifica, em um primeiro momento, pela exigência do próprio consórcio empreendedor da barragem de negociar os interesses coletivos apenas com associações, além disso, os atingidos e membros de entidades representativas reconhecem a importância das associações para defender os seus interesses, de modo que a formação dessas ocorreria independentemente de tal exigência.

Os relatos dos atores entrevistados convergem quanto ao reconhecimento das associações como um fator favorável ao desenvolvimento das comunidades atingidas, incluindo aquelas que foram criadas para representar e defender os interesses dos atingidos durante o processo de negociação e as que surgiram após a relocação.

É importante isso, eles se unirem e fazerem, isso pra mim demonstra um grau de conscientização, e vê que quando eles se

unem eles conseguem alcançar os objetivos deles né.
(Representante do consórcio empreendedor da barragem 2) (grifo nosso)

As associações dos atingidos lutaram por diversas benfeitorias em prol das comunidades durante o processo de negociação, dentre as conquistas cita-se a criação de uma das comunidades que não estava no projeto de relocação, a construção de casas para quem não tinha título de proprietário, uma ponte que liga uma comunidade atingida a uma cidade, a mudança de local de uma das comunidades, a indenização dos lucros cessantes, dentre outras.

A associação contribuiu muito para as negociações, porque se não tivesse feito a associação aí que eles tinham pisado no pescoço mesmo. Aí tinha sido pior, aí não tinha dado nada. (Atingido 8) (grifo nosso)

Com o fim do processo de negociação, novas associações surgiram com o objetivo de defender os interesses da comunidade, composta por atingidos e outros moradores. Então, como herança das associações dos atingidos, os entrevistados reconhecem uma maior mobilização da comunidade em prol dos interesses coletivos caracterizando como um fator favorável ao desenvolvimento local, vez que as pessoas ao se articularem tem mais força para defender os objetivos comuns.

Política, hoje eles são muito mais envolvidos em política. [...] Mais articulados... (Representante do consórcio empreendedor 4) (grifo nosso)

Além dessas associações comunitárias, duas comunidades contam com associações com propósito específico – de reativar economicamente os atingidos. A reativação econômica é um programa promovido e financiado pelo consórcio empreendedor cujo objetivo é oferecer alternativas de fontes de renda aos atingidos. Ela é promovida através de cursos de capacitação e também através das associações e cooperativas de atividades econômicas, como a associação de doces, a associação de artesanato e as cooperativas de pesca e de agricultura.

Para desenvolver tais associações e cooperativas de reativação econômica, o consórcio empreendedor juntamente com a EMATER promoveu um curso de associativismo para os atingidos, de tal modo, as associações e cooperativas só foram formadas após essa capacitação e de acordo com as atividades que eram desenvolvidas antes da relocação.

Os entrevistados do consórcio empreendedor relatam que essas associações e cooperativas funcionam através de convênios firmados com eles, os atingidos devem submeter um projeto ao crivo do consórcio descrevendo o trabalho que será realizado no âmbito da reativação econômica e os recursos necessários. Caso seja aprovado, o consórcio repassa subsídios materiais e financeiros exigindo, em contrapartida, a entrega das atas de todas reuniões para acompanhamento dos trabalhos das associações.

Além disso, o consórcio empreendedor doa mensalmente uma cesta básica aos atingidos da comunidade rural que participam do programa de reativação, por entender que essa comunidade – que possui três associações de reativação econômica – necessita de um subsídio maior para a manutenção das associações e também para estimular a permanência dos cooperados e associados.

O consórcio empreendedor enxerga que as associações de reativação econômica representam um fator favorável, pois elas tendem a fortalecer a participação e promover as

comunidades através da comercialização dos seus produtos, além disso, valorizam e qualificam os trabalhos desenvolvidos pelos participantes.

Quando você sistematiza na forma de uma cooperativa, numa associação você vê essa ação, acho que você consegue enxergar resultado, um objeto comum pra todos. (Representante do consórcio empreendedor 1) (grifo nosso)

Observa-se que as associações de reativação econômica se mantêm devido ao forte apoio do consórcio empreendedor, de uma forma quase paternalista, considerando a doação de cestas básicas aos participantes de uma das comunidades e o seu auxílio no início e encerramento dos ciclos de trabalhos. Assim, a dependência dos programas de reativação econômica com o consórcio empreendedor é identificada, tanto pelo próprio consórcio empreendedor da barragem quanto para os atingidos como um fator limitante.

A gente sempre pensa naquela coisa de dar vara pra pescar, né? Mas eles na verdade tão de olho no peixe. E de preferencia o maior possível. (Representante do consórcio empreendedor 1) (grifo nosso)

Outro fator limitante identificado nessas associações está relacionado com a formação dessas associações. A iniciativa para formação desses programas partiu de cima (consórcio empreendedor) para baixo (atingidos), ou seja, os participantes dessas associações não escolheram se associarem, a reativação econômica foi imposta para ser desenvolvida dessa forma. Os associados atingidos não tem voz ativa nesses programas, conseqüentemente, não há interesse nem participação efetiva em tais associações, ou seja, a reativação econômica não se alinha aos interesses dos participantes, assim a não inserção do saber local na estruturação desses programas é limitante.

O consórcio empreendedor aponta que o grande problema da reativação é a resistência ao associativismo dos atingidos, pois trata-se de pessoas que viviam afastadas uma das outras, trabalhavam sozinhas, de forma bem individualizada.

Os pescadores [...] **nunca trabalharam em conjunto ou em cooperativa, nunca... então isso é uma grande dificuldade, essa questão de cooperativa.** (Representante do consórcio empreendedor 3) (grifo nosso)

Na visão dos atingidos e membros de entidades representativas, a resistência ao associativismo não é propriamente um fator limitante à reativação econômica. Isso ocorre devido à desconsideração da realidade local e à imposição, quase coercitiva, das associações aos atingidos e pelo desconhecimento deles do papel das associações.

[...] **o pessoal da roça, você fala que é associação eles acham que um tá querendo passar a perna no outro né, então ele quer resolver a situação por si só.** (Atingido da Ponte do Funil 2) (grifo nosso)

Em que pese as associações serem consideradas favoráveis, observa-se certa resistência dos atingidos em participar e deixar os presidentes representar seus interesses.

Assim, a resistência ao associativismo é identificada como um fator limitante ao desenvolvimento local.

Além disso, identifica-se nos relatos de alguns entrevistados que a falta de união entre as três associações dos atingidos foi prejudicial no processo de negociação, pois se as associações tivessem se juntado para negociar, os atingidos teriam força para lutar por mais medidas mitigatórias e benefícios iguais nas três comunidades, ademais, a união das associações poderia compensar a hipossuficiência dos atingidos em relação ao consórcio empreendedor da barragem, assim sendo, a não união das associações dos atingidos é interpretada como limitante ao desenvolvimento das comunidades.

É importante destacar que das três comunidades atingidas, os entrevistados mais resistentes à associação foram aqueles que moravam em uma área que não possuía uma estrutura de comunidade, as pessoas viviam afastadas umas das outras e se identificavam como moradores de uma mesma região.

Participei, mas não dava certo, dava muita briga. Não tinha união! Aquilo que eu falei no começo, nunca teve união, cansei de dar murro em ponta de faca, ter fama de ditador! (Atingido 24)

[...] ninguém tava interessado por associação, porque se a associação fosse colaborar talvez ela ia era atrapalhar mais né, porque ninguém ia concordar que ela ia tá do meu lado, eu também não ia concordar, eu não ia achar que ela tava do meu lado, eu ia achar que ela tava do lado deles [consórcio empreendedor] uai. (Atingido 28) (grifo nosso)

Considerando que as comunidades atingidas eram formadas por pessoas mais simples, que não tinham tanto acesso à informação, muitos eram analfabetos e não possuíam título de proprietário, os atingidos, com receio de não conseguir nada na negociação, não ofereçam qualquer resistência à implantação do empreendimento nem em prol das associações, assim o processo de negociação foi bem tranquilo. Em contrapartida à esse processo de negociação pacífico e prejudicial aos atingidos, o consórcio empreendedor da barragem mantém até hoje uma estreita relação com os membros das entidades representativas.

Dessarte, observa-se que a região do polígono do empreendimento, ao contrário do que alguns estudiosos observam de que a área a ser alagada representa um espaço de conflito, recebeu muito bem o empreendimento no momento das negociações, contudo, hoje o processo de negociação é avaliado como benéfico apenas para o consórcio empreendedor. Ou seja, prevalece que o processo de negociação foi e ainda é um fator limitante ao desenvolvimento da região, e as associações poderiam ter contribuído muito mais nesse sentido.

[...] o pessoal não tava acreditando muito, sabe como é que é né, o pessoal da roça, você fala que é associação, eles acham que um tá querendo passar a perna no outro né, então ele quer resolver a situação por si só. (Atingido 15) (grifo nosso)

E a gente em algumas situações [de assistencialismo] a gente atende. Que a gente vê que é pertinente. Ah, principalmente com relação a apoios a formação de associações, formação de grupos culturais, principalmente, ah um grupo de congado, uma banda de música. **Quanto a atividades assim, em prol da comunidade como um todo,**

a gente tem atendido bastante, sabe? (Representante do consórcio empreendedor 1) (grifo nosso)

Reforçando o alegado, alguns atingidos relacionam o insucesso das associações à ausência de um líder e ao fato de que as comunidades não terem mais o que reivindicar, tal posicionamento reflete a não compreensão do papel da associação. Assim, a resistência ao associativismo e o desconhecimento do papel de uma associação enquadram-se como fatores limitantes ao desenvolvimento local.

Acabou [a associação de moradores]. **É que agora não tem mais o que reivindicar.** (Atingido 1) (grifo nosso)

[...] **acho que o pior defeito que a nossa comunidade tem é o comodismo.** [...] A gente precisa de um líder, mais um líder que puxasse a comunidade e gostasse do lugar. (Atingido 12)

Outro fator identificado como limitante nessa categoria foi a presença de interesses próprios por parte daqueles que deveriam representar os interesses coletivos. Os atingidos e alguns membros de entidades representativas afirmam que isso desmotivou as pessoas a buscarem as associações. Muitos alegam que os presidentes das associações utilizaram essas entidades para manipular e conseguir benefícios que atenda interesses privados, como a escolha do local da comunidade que é um ponto questionado por dois entrevistados.

[...] **foi criada uma associação dos atingidos, mais cada um tava lutando pelos seus próprios interesses.** (Atingido 3) (grifo nosso)

Os membros do poder legislativo e executivo tem pouco envolvimento com as associações criadas nas comunidades que foram atingidas pela barragem. Os atingidos e membros de entidades representativas alegam que a falta de interesse dos poderes públicos municipais pelas associações que limita o desenvolvimento das associações e, conseqüentemente, das comunidades.

A prefeitura não dá tanta atenção. A culpa é dos ex-presidentes da comissão de moradores que não buscavam melhoria. Agora um novo conselho está correndo atrás e conseguiu algumas coisas. (Membro de entidade representativa 6) (grifo nosso)

[...] aí você começa a brigar sozinha, sem um respaldo e nenhum apoio, acaba que você perde... (Membro de entidade representativa 8)

Alguns entrevistados acreditam que o consórcio empreendedor deixou de fazer algumas coisas, mas eles não sabem identificar o que ficou para trás das compensações da relocação, nem sabem de quem devem cobrar, o que demonstra a situação de hipossuficiência dos atingidos. Assim, a falta de apoio do poder público às associações limitou e ainda limita o desenvolvimento das comunidades, pois falta informação e orientação às associações para compensar a hipossuficiência dos atingidos.

Orientação, que nos ajudasse a negociar melhor ou que a gente, que fizesse a gente ter uma noção melhor que que tava acontecendo com a gente, quais seriam nossos direitos, isso em

momento algum a gente teve, até pelo contrário, a gente se sentiu solto no mundo... (Atingido 23) (grifo nosso)

[...] nesse processo a gente podia muito mais né. As coisas que nós conseguimos foram boas, mas se a gente soubesse mais um pouquinho conseguiríamos mais e se tivesse mais experiência. (Membro de entidade representativa 8) (grifo nosso)

De modo geral, reconhece-se que as associações que surgiram durante o processo de implantação da barragem foram fundamentais para a estruturação das novas comunidades locais contribuindo para mitigação dos impactos sociais e econômicos. Mas, por falta de conhecimento dos atingidos tanto do papel das associações quanto dos impactos que eles iriam sofrer, as ações dessas associações ficaram muito aquém do esperado, pois em nada contribuiu para mitigação dos impactos culturais, simbólicos e ambientais.

Já as duas associações dos moradores dessas comunidades são bem mais estruturadas do que as dos atingidos e tem mais legitimidade, vez essas associações foram formadas de forma totalmente espontâneas. Essa tem obtido conquistas para essas comunidades. Por fim, as associações voltadas para reativação econômica possuem graves problemas de estruturação e de legitimação não alcançando seu fim, tampouco promovendo o desenvolvimento local.

| 6 Considerações finais:

As prospecções futuras da política energética brasileira demonstram que a fonte hidrelétrica de energia não será substituída e haverá mais investimentos no setor. Desse modo, entendendo que o modelo de desenvolvimento que acompanha a construção desses empreendimentos deve ser repensado, vez que milhares de vidas são atingidas e impactadas. Assim, considerando que o desenvolvimento local deve ser o norteador no processo de implantação e relocação das comunidades atingidas e que o terceiro setor é importante propulsor desse desenvolvimento, esse trabalho teve como objetivo identificar os fatores favoráveis e/ou limitantes ao desenvolvimento local que estão relacionados com ações das associações das comunidades atingidas.

As associações dessas comunidades atingidas emergiram durante e após o processo de implantação do empreendimento, ocorrendo de forma espontânea e de forma orientada.

As associações dos atingidos foram criadas por influência do consórcio, mas obteve bons resultados no processo de negociação e relocação. Como fatores favoráveis dessas associações, identifica-se as conquistas estruturais para as comunidades como os casos sociais, a interferência em alguns pontos da negociação direta com os atingidos como os lucros cessantes e a representação dos atingidos frente ao consórcio. Contudo, seu papel ficou bem aquém do esperado pouco interferindo para a intermediação dos impactos culturais, ambientais e simbólicos.

As associações que surgiram naturalmente foram as que decorreram das associações dos atingidos, assim como fatores favoráveis dessas associações observa-se a união dos moradores em prol dos interesses coletivos, diversas conquistas para as comunidades como a construção de uma rádio comunitária, posto médico e maior articulação política dos associados.

Quanto às associações que tem como fim reativar economicamente duas das três comunidades atingidas por barragens foi identificado como fator favorável tão somente a renda gerada em seu âmbito, pouco influenciando o desenvolvimento local dessas comunidades.

Independentemente do momento e da forma de criação dessas associações, fatores que limitam o seu funcionamento, limitam o desenvolvimento local dessas comunidades. Os fatores limitantes gerais das associações são: o não apoio do poder público nas associações; o não associativismo; a desconsideração do saber local; desconhecimento do papel das associações e a representação de interesses pessoais no âmbito das associações.

As associações que tiveram sua formação de cima para baixo revelaram-se ineficientes, faltando-lhes representatividade, legitimidade, autonomia e articulação, ou seja, em pese apresentar pontos favoráveis, a sua forma de atuação é limitada e inexpressiva para o desenvolvimento local. De tal modo, entende-se que as associações devem ser um movimento que parte de baixo para cima.

Não podemos deixar de reconhecer que as associações são fundamentais para intermediar os interesses dos atingidos com o consórcio empreendedor da barragem, desde que elas não sejam cooptadas por eles e sirvam tão somente para facilitar a construção do empreendimento e evitar os possíveis conflitos que a construção de uma barragem enquanto processo de mudança social desencadeia.

O caso em tela demonstrou que a articulação natural da sociedade civil em prol dos interesses coletivos através de uma interação dialógica entre os municípios que abrigam essas comunidades, o consórcio empreendedor e os atingidos tem galgado bons resultados para o desenvolvimento local de duas comunidades atingidas. Acredita-se que se houver apoio do poder público municipal e do próprio consórcio empreendedor a essas associações, não no sentido de interferência na gerência, essas associações podem resolver diversos problemas públicos que decorrem dos impactos do empreendimento na vida dos atingidos, como a questão do êxodo rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.

AMARAL, Ana Valeska. Terceiro setor e políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, v. 54, n. 2, abr-jun, 2003, p. 35-59.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.

BORTONE, F. A. S.; LUDWIG, M. P. É hora de partir: o contexto em que se deu o deslocamento das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica Candonga. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 17, n. 2, p. 25-44, 2010.

BRASIL. **Banco de informações de geração da ANEEL**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.portal.mj.gov.br/sedh/cddph/relatorios/relatoriofinalaprovadoemplenario_22_11_10.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

DANIEL, C. Quando os dois lados se aproximam: o discurso oficial sobre a construção do complexo hidrelétrico de Simplício (RJ/MG). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2009. p. 1-17.

DERROSSO, G.; ICHIKAWA, E. Y. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no Estado do Paraná. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 133-155, fev. 2013.
dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998.

DOWBOR, L. **Democracia econômica**. Petrópolis: Vozes, 2010. 130 p.
FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006.

FERNANDEZ, N.; BELLOSO, N.; DELGADO, F. Recursos informacionales, desarrollo endógeno y participación ciudadana en la Gestión Pública Local. **Revista Venezolana de Gerencia**, Caracas, v. 13, n. 43, p. 377-397, 2008.

FERREIRA, P. A. **Gestão de políticas públicas: uma proposta de modelo processual de análise**. 2011. 305 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

FOSCHIERA, A. A.; THOMAZ JUNIOR, A. A luta dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. **Revista Casa da Geografia**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 17-26, jul./dez. 2012.

FRANCO, F. C. O.; FEITOSA, M. L. P. A. M. Desenvolvimento e direitos humanos: marcas de inconstitucionalidade no processo Belo Monte. **Rev. direito GV**, São Paulo, jun. 2013, v. 9, n. 1, p. 93-114.

FREITAS, R. C. M.; NELSON, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jun. 2012.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelo de análise**. Brasília: UnB, 2009. 340 p.

KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez, 1998.

KLIKSBERG, B. **Como reformar el Estado para enfrentar los desafíos sociales del 2000?** Washington-DC: INDES/BID, 2000. Mimeografado.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NASCIMENTO, S. M.; CASTRO, E. M. R.; CORRÊA, S. A. As contradições entre os discursos e as práticas do campo político-institucional sobre as questões de energia na Amazônia. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.

PERONI, A. El desarrollo local a escala humana: experiencias de desarrollo comunitario en el sector salud. **Polis**, Santiago, v. 8, n. 22, 2009.

ROSA, R. S.; GOMES, P. D.; ROSA, G. A concepção de Desenvolvimento Local na trajetória de uma Organização Social do Terceiro Setor no município de São Leopoldo, RS. *Interações (Campo Grande)* [online]. 2015, vol.16, n.1, pp. 87-96. ISSN 1984-042X.

ROSSATO, A. **A recepção de rádio e televisão por jovens do movimento dos atingidos por barragens**: as representações da classe popular. 2008. 169 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SEN, A. El desarrollo como libertad. **Gaceta Ecológica**, n. 55, p. 14-20, 2000.

SILVA, A. M. Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

SOUSA, N. R.; CANETE, V. R.; SOUZA, C. L. Lições não aprendidas: hidrelétricas, atores sociais, impactos socioambientais e a Política Nacional de Recursos Hídricos na Amazônia. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2008. 1 CD-ROM.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. 627 p.

VAINER, C. B. Conceito de atingido: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008. p. 39-63.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. Partnership, empowerment and local development. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, dez. 2009.

WEISS, J. S. Esforços para superar os desafios socioambientais no planejamento de barragens. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2010, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2010. 1 CD-ROM.